

	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO</b>	FL. N°
	<b>FOLHA DE INFORMAÇÃO</b>	PROCESSO N° 23079.213788/2021-47

## AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Trata-se de parecer alternativo ao apresentado pelo conselheiro Prof. Walter Issamu Suemitsu, favorável ao relatório elaborado pelo GT responsável pelo levantamento dos indicadores de gestão dos hospitais que versa sobre os hospitais administrados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e a situação do Complexo Hospitalar da UFRJ.

A situação da UFRJ, com ou sem Ebserh - embora a Ebserh constitua medida do ajuste - está determinada por um ajuste fiscal permanente e de larga duração. Em que consiste este ajuste?

O largo e permanente ajuste que tem como marco principal a Contrarreforma do Estado promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e que está formalmente consignada na Emenda Constitucional nº 19/1998 e em volumosa legislação infraconstitucional, tornou o ajuste fiscal e o contingenciamento de gastos com políticas sociais que realizam direitos sociais, humanos, a privilegiada forma de economia dos recursos financeiros do Fundo Público.

Tal decisão, aparentemente de gestão, tem por vocação e resultado a restrição dos direitos sociais da classe trabalhadora por incidir privilegiadamente sobre as políticas sociais que realizam direitos sociais que atendem necessidades biológicas (por exemplo, combater a fome, a sede, prover moradia) e sociais (educação, cultura, saúde).

E todas essas medidas se aprofundaram no governo de Jair Bolsonaro que tem a intenção de retirar do povo brasileiro - para entregar aos mais ricos - todas as empresas públicas e instituições que tratam das políticas públicas e sociais. Além disso, a EBSERH foi listada como 'Passível de desestatização' pelo Ministério da Economia em seu documento "A Reconstrução do Estado (22/04/2020)". Hoje sua presidência é ocupada por uma cúpula militarizada, incluindo o presidente, o General-de-exército Oswaldo de Jesus Ferreira. Sabemos o que isso significa em um contexto de ataques à autonomia universitária, privatização e cortes orçamentários, amplamente defendidos e empreendidos por este grupo. Portanto, na perspectiva do governo, em breve teremos empresas privadas oficialmente dentro das universidades.

As soluções como a Ebserh não são contrárias ao ajuste, são parte do ajuste porque para falsamente resolverem a falta de orçamento para a política de educação, de saúde, de previdência, de cultura e todas as demais, criam saídas que se constituem em formas transitórias para a transferência de fundos públicos para os capitais que atuam em áreas conexas às de atuação das políticas sociais.

Assim, ao articular uma Empresa seja de serviços hospitalares, seja de tecnologia, seja de educação estruturadas com o mesmo fundo público antes utilizado pela política social, teremos instituições públicas suportadas pelo fundo público, consignadas no orçamento do Estado brasileiro, mas vocacionadas para as parcerias público-privadas e à serviço dos capitais.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	FL. N°
	FOLHA DE INFORMAÇÃO	PROCESSO N° 23079.213788/2021-47

Isto não é o mesmo do que ter uma política social que ancorada no Estado desde seu orçamento até sua execução tem por finalidade realizar direitos sociais do que é um luminoso - mas insuficiente exemplo - a UFRJ.

As falsas soluções do tipo cessão patrimonial como resposta à agonia do ajuste fiscal impingido sobre a UFRJ e todas as demais universidades federais que renunciaram aos seus hospitais universitários, aos seus hospitais de ensino, pesquisa, extensão e assistência, não se constituem em saídas e por isto não são aceitáveis por todos e todas quantos/as preocupam-se com os direitos sociais realizados por políticas sociais. Ao fazer essa cessão de patrimônio público, a UFRJ está dizendo para a comunidade universitária e toda a sociedade, que a UFRJ não tem interesse em manter hospital escola e a autonomia universitária. A reitora, Denise Pires, eleita pelos servidores e estudantes tem o dever democrático e constitucional de defender a UFRJ, e não ceder nosso complexo hospitalar escola para uma empresa de personalidade jurídica de direito privado.

As falaciosas soluções reduzem a universidade como executora de políticas sociais de saúde e de educação e são armadilhas jurídico-políticas compromissadas com a privatização quando for impossível sequer mantê-las como empresas expressões de parcerias público-privadas. Temos a obrigação de atuar fortemente para impedir a privatização, nas suas mais variadas formas, desses serviços essenciais para a comunidade, pois isso contribui para a precarização da vida das pessoas, e reforça a política deste governo genocida de retirada de direitos, rompendo com a constituição cidadã de 1988.

A Carta dos Diretores dos Hus da UFRJ ao CCS de 14 de agosto de 2020 para o enfrentamento da crise de pessoal apresentava vários cenários, sendo o contrato com a EBSEH um deles, não o único. Por motivos incompreensíveis, apenas este cenário foi escolhido pelo CCS. Vejamos os outros cenários:

1. Premente reposição do quadro de funcionários;
2. Investimento na alocação de recursos humanos

Os argumentos de que os hospitais fechariam caso não contratassem a EBSEH são os mesmos de 2013. Há na justiça uma ação transitada em julgado, em fase de execução, determinando a realização de concursos! Já sem possibilidade de qualquer recurso por parte da União. O que a AGU e a Reitora Denise Pires teriam que fazer é demandar a execução dessa decisão judicial, e não obrigar, a contratar uma empresa sem executar essa sentença que nos dá direitos de contratação via serviço público, a princípio contrato temporário para a universidade!

Mesmo que haja uma possibilidade de concurso apenas a médio prazo, deve ser feita contratação segundo a lei 8745/2003 a fim de manter a autonomia e o caráter público do nosso Complexo Hospitalar e da UFRJ. Vale ressaltar que mesmo os resultados ineficientes e apresentados

	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO</b>	FL. N°
	<b>FOLHA DE INFORMAÇÃO</b>	PROCESSO N° 23079.213788/2021-47

pela EBSEH não possuem caráter imediato de funcionamento, conforme indicam os estudos apresentados.

Qual a saída então diante de situações tão graves como a Emenda Constitucional 95/2017 e tantos outros mecanismos que aprofundam o ajuste fiscal e o tornam o traço mais autocrático do todo o recente período de democracia inaugurado no pós-ditadura?

A autoridade máxima da UFRJ, sua Reitora, deveria convocar e protagonizar uma reação organizada e conjunta com todas as forças do Estado brasileiro como o TCU, a AGU, MP, Parlamento, Sindicatos, Movimentos Sociais e estender - com a presença de todas e todos - estas ações para que alcançassem uma nova pedagogia política elevada ao estrito - mas nobre - objetivo de reconfigurar a defesa das políticas sociais.

Nestes dias duros, cientistas e técnicos de alta estatura exercitam o exemplo quando reagem às medidas em curso que preconizam a destruição do CNPq, do ENEM/INEP, da Capes e de vários espaços da vida social que, ao serem espartilhadas, contribuem para o acúmulo da tragédia da fome e do desemprego conexas à crise dos capitais e à crise sanitária. No atual contexto político e econômico, com Bolsonaro privatista no poder, além das graves ameaças à democracia, precisamos estar atentos a tudo que possa ameaçar o patrimônio público e a autonomia universitária. Privatizar e militarizar os hospitais universitários não é saída para a crise da saúde. Bolsonaro tem desrespeitado a autonomia universitária” nomeando reitores não escolhidos pela comunidade.

A resposta de uma instituição da estatura da UFRJ não pode ser, para além das palavras, a de submissão a um governo que primou e segue orientado pela destruição dos direitos e a semear o ódio à ciência, à cultura, à educação públicas e a destruir as conquistas alcançadas com muito esforço pelos trabalhadores brasileiros. A resposta da Reitora e dos Conselheiros é exercer o dever democrático e constitucional de defender a UFRJ.

Conclamamos à Reitora da UFRJ a ocupar um lugar na história condizente com o perfil da Instituição. Conclamamos Conselheiros e Conselheiras da UFRJ a serem parte de um movimento de ascensão das lutas por direitos sociais. Mais do que isto, a protagonizarem iniciativas de defesa das políticas sociais e convocarem instituições e parlamento para a reconstrução social da UFRJ nela incluídos os Hospitais e todos os seus demais espaços de política social.

A história em curso, feita à quente, registra tal como cicatriz aqueles que, mesmo sabendo o tamanho do desafio, não se furtaram de enfrentá-lo. Aos/às que se curvarem e tomarem o atalho mais fácil - renunciar aos HU da UFRJ pela sua entrega à EBSEH - porém mais grave, também a história registrará - quiçá em Curriculum Mortis - aquele que como dizia o professor Leandro Konder, evita-se dar divulgação - aqueles e aquelas que dentre nós preferiram declinar da manutenção dos HU na UFRJ. Não vendemos ilusões; também não nos entregamos aos derrotismos e caminhos de ocasião.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	FL. N°
	FOLHA DE INFORMAÇÃO	PROCESSO N° 23079.213788/2021-47

Nossa luta é pela autonomia das Universidades públicas e gratuitas, com cumprimento do artigo 206 e 207 da CF/1988, com respeito à liberdade de aprender, ensinar e pesquisar. Pela recomposição urgente dos orçamentos das Instituições Federais de Ensino Superior, combatendo os cortes e contingenciamentos efetivados nos últimos anos e ampliação dos recursos com o objetivo de contribuir para a melhoria da condição de vida da população no país e não pelo reforço aos interesses do mercado e do capital.

Neste quadro é preciso reconhecer o esforço que os responsáveis pela gestão dos HU têm empreendido para assegurar condições de funcionamento diante do dramático ajuste fiscal prolongado e de longa duração que são vítimas os Hospitais Universitários, especialmente sentidos na falta de pessoal e de créditos orçamentários.

Registre-se também: em 2021, todos os recursos do Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, foram direcionados ao MEC/EBSERH e nossas Unidades Hospitalares não receberam nenhum centavo.

A maior Universidade federal do país não pode declinar da gestão autônoma de suas Unidades Hospitalares. Cedê-las à EBSEH é ceder à lógica privatista e de traços fascistas do Governo em presença.

É perpetuar como instituição pública, como UFRJ, um virar-se de costas aos mais pobres; é contribuir para alijá-los ainda mais em um momento de extrema fragilidade econômica, política, social e sanitária pela qual o Brasil passa.

A história recente da UFRJ projetou-se no mundo - assim como a UNICAMP e a USP - por cancelar condecorações aos representantes de ditaduras que tiveram triste lugar no século XX. A história da UFRJ nos anos 2021 e 2022 não poderá ser a de renunciar ao patrimônio da classe trabalhadora em favor do mais autocrático e cruel governo já eleito neste país após a ditadura do grande capital iniciada em 1964 e derrotada em 1985.

Não esqueceremos!

Breves sugestões de estudos sobre EBSEH:

- 1) - Andreazzi, M. F. S., Gomes, L. S., Pérez, M. A., & Azevedo, N. R. P. (2021, set./dez.) em “Um olhar exploratório sobre hospitais universitários federais selecionados segundo modelos de gestão de 2012 a 2017” , Rev. Gest. Sist. Saúde, São Paulo, 10(3), p. 238-252 set./dez. 2021. (Este estudo realiza comparação entre médias de variação de alguns indicadores (leitos, pessoal, internações) em uma amostra de 12 hospitais com EBSEH e 3 sem EBSEH se utilizando de testes estatísticos).

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	FL. N°
	FOLHA DE INFORMAÇÃO	PROCESSO N° 23079.213788/2021-47

- 2) SALLES, Jaqueline Calavari; PEIXE, Blênio César Severo. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: resultados para usuários da gestão de política pública na área da saúde. Revista de Gestão em Sistemas de Saúde, São Paulo, 9(2), p. 319-339, maio/ago. 2020. (Este texto analisa o Hospital de clínicas da UFPR antes e depois da EBSEH, também não encontrando diferenças estatísticas entre os períodos”:Contudo, apesar dos resultados favoráveis em quadro de pessoal, leitos de unidade de terapia intensiva, taxa de ocupação e média de permanência, o teste de Mann-Whitney mostrou que a variação de internações, consultas e exames, antes e depois da Ebserh, não foi estatisticamente significativa”).
- 3) CARMINATTI JR, Alécio. A gestão do HU da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Federal de Santa Catarina após a adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. (O estudo concluiu que é possível afirmar que muitas melhorias realizadas no HU/UFSC (Universidade Federal de Santa Maria) coincidiram com a chegada da EBSEH, porém foram oriundas de negociações através de recursos do REHUF. No HU da UFSC o contrato foi assinado em março de 2016, e foi acordado o prazo de 18 meses para o processo de transição, porém, no Art. 16º da Lei 12.550, a empresa tem até 12 meses para reabertura dos leitos fechados. No entanto, quase dois anos após a EBSEH assumir a gestão do HU, nenhuma das suas obrigações contratuais havia sido cumprida, continuando fechados cerca de 98 leitos, e, nenhum funcionário que havia sido aprovado no concurso realizado em dezembro de 2016 havia sido convocado).
- 4) SENES, Stela Maria Leal Bastos. A EBSEH E A “MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO” NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS: “PRIVATIZAÇÃO NÃO-CLÁSSICA”? Tese de Doutorado. PPGSS/UF RJ. 2018. (Este trabalho dedica-se ao exame da gestão sob EBSEH e compilou dados então acessíveis do impacto da gestão sob a eficácia e eficiência dos HU)

Rio de Janeiro, 30/11/2021

---

Aluno João Pedro de Paula